

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE RESOLUÇÃO

CG-00147/1998 DE 1998

MATÉRIA LEGISLATIVA: PR

CG-00147/1998 DE 17/04/98

INDOUMENTE: VEREADOR
VEREADOR
VEREADOR
VEREADOR
VEREADOR
VEREADOR

ALVARIA BRICATI
AURELIO NOLLA
DOUGART
JERSE TABA
JOEL COELHO LIMA
NOMALAD SAU NOMALAD

E M E N T A.

Disciplina a indicação do representante da Câmara Municipal no Conselho Municipal de Turismo-COMTUR, e de outras providências.

C O N S E R V A D O R E S

DATA RECEBIDA: 16.02.2000

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
21/10/2010 09:43:36

00000009812-49



MARIA ISABEL LOPES CORREIA



HOJE
ÀS COMISSÕES DE: 17 SET 1998
Comissão de Turismo
Administração Pública
Câmara Municipal de São Paulo
PREMIER
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha nº 01 de proc. S. 1
n.º 141 de 1998

03 - PR
03-0014/1998

Disciplina a indicação do representante da
Câmara Municipal no Conselho Municipal
de Turismo - COMTUR.

A Câmara Municipal de São Paulo resolve:

Art. 1º. O representante da Câmara Municipal de São Paulo integrante do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, nos termos do artigo 6º, inciso XI, da Lei n.º 11.198 de 19 de maio de 1992, será membro da Comissão Extraordinária Permanente de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo, do Lazer e da Gastronomia.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

ANTÔNIO GOULART
VEREADOR

AURÉLIO NOMURA
VEREADOR

DOMINGOS DISSEI
VEREADOR

ALDAÍZA SPOSATI
VEREADORA

JORGE TABA
VEREADOR

MIGUEL COLASSUONO
VEREADOR

MOHAMAD SAIB MOURAD
VEREADOR

SEÇÃO DE REVISÃO

★ 17 SET 1998 ★

- DT. 10 -

MUNICIPAL DE BAOP	
ado(s) nesta data, assinando a...	
2	12 9 98
3	12 9 98
C: 15	



Câmara Municipal de São Paulo

Folha no	02	de	14	de	1992	Ass. 3
no						

JUSTIFICATIVA

A recém criada Comissão Extraordinária Permanente de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo, do Lazer e da Gastronomia tem, por necessidade de trabalho, de estar presente no COMTUR para a integração de seus objetivos com as necessidades da cidade. Tendo o COMTUR o objetivo de formular a política municipal de turismo, é apenas natural que o representante da Câmara a integre-lo seja membro da Comissão de Turismo, cuja incumbência é a de promover estudos e iniciativas no sentido de desenvolver o turismo, o lazer e a gastronomia, apoiando a indústria do lazer e do turismo receptivo.

Hoje já é um membro desta Comissão que representa a Câmara Municipal no COMTUR. Esta prática nos parece bastante indicada pelos seus resultados favoráveis.

Dessa forma, pela proposta em questão buscar consolidar esta forma de integração de trabalhos, esperamos o apoio dos nobres pares no sentido de ver essa propositura aprovada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

fls. 4

Papel para informação, rubricado como folha nº 03

do processo nº 14 de 19 98 17. 09 / 98 (a) Adelina

Ao Senhor Assessor Chefe,
Sobre o assunto, nada consta:
Em 17-09-98

Isabel
ISABEL CAVALCA
Of. Legislativo

A Com. de Const. e Justiça

21 / 9 / 98
Breno Gandelman
BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 21/9/98 às 17:00hs.

Ao Nobre Vereador EDER LOPES
para relatar

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
em 15 de Set de 1998

[Assinatura]
Presidente

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado
sob folha n.º 04

Em 15 de 98

(a)

[Assinatura]
PEDRO ALVARO DE ASSUNÇÃO
Assistente Parlamentar



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 4 do proc. N.º 14 de 1998
O funcionário

fls. 6

PR 0014/98
14/04/99

Trata-se de projeto de resolução, de autoria da Nobre Vereadora Aldaíza Sposati, com o apoio dos Vereadores Antônio Goulart, Aurélio Nomura, Domingos Dissei, Jorge Taba, Miguel Colassuono e Mohamad Said Mourad, que visa disciplinar a indicação do representante da Câmara Municipal no Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

Segundo a propositura, o representante da Câmara Municipal de São Paulo deverá ser membro da Comissão Extraordinária Permanente de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo, do Lazer e da Gastronomia.

Inicialmente, cabe mencionar que o referido Conselho é vinculado ao Gabinete do Prefeito e é um órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento do PLATUM (Plano de Turismo Municipal), responsável pela conjunção de esforços entre o Poder Público e a sociedade civil.

Quanto ao assunto em tela, o eminente Professor Hely Lopes Meirelles assevera:

"Quanto às atividades do Município, o Vereador está impedido de realizá-las ou de participar de sua realização, porque como membro do Legislativo local, não pode interferir diretamente em assuntos administrativos da alçada do Prefeito.

Prática absolutamente inconstitucional é a designação de Vereadores para integrar bancas de concursos, comissões de julgamento de concorrência, grupos de trabalho da Prefeitura e outras atividades tipicamente executivas. A independência dos dois órgãos do governo local veda que os membros da Câmara fiquem subordinados ao Prefeito, como impede a hierarquização do Executivo ao Legislativo. Ora, a só nomeação de um vereador pelo Prefeito está a evidenciar a sujeição deste membro do Legislativo ao Chefe do Executivo local. (in Direito Municipal Brasileiro, 3ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1977, p. 699)"

A propositura, assim, fere o princípio da independência e harmonia entre os Poderes estatuído na Constituição Federal e consagrado no art. 6º e parágrafo único, da Lei Orgânica do Município.

Portanto, o projeto é inconstitucional e ilegal.

Raimundo Batista
Assessor Técnico Legislativo
(Juri)

Luiz Eduardo de S. G. Thiago
Assessor Técnico Legislativo
Chefe Substituto

Encaminhe-se, em 14/04/99

Roberto Tripoli
Presidente da CCJ

De acordo para emissão de relatório,
em ____/____/____

Relator

pk/mpl0014-8

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

7 2 Junta desta data 1998 124.05.1998 11 11

CARMELO
Assistente Parlamentar



PUBLICADO
18/05/1999
16 - PAR
16-0348/1999

Folha nº 5 autuada em 30/09/2015 00:00:00.
Nº. 14
O funcionário 38
fls. 8

Câmara Municipal de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/98.

Trata-se de projeto de resolução, de autoria da Nobre Vereadora Aldaíza Sposati, com o apoio dos Vereadores Antônio Goulart, Aurélio Nomura, Domingos Dissei, Jorge Taba, Miguel Colassuono e Mohamad Said Mourad, que visa disciplinar a indicação do representante da Câmara Municipal no Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

Segundo a propositura, o representante da Câmara Municipal de São Paulo deverá ser membro da Comissão Extraordinária Permanente de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo, do Lazer e da Gastronomia.

Inicialmente, cabe mencionar que o referido Conselho é vinculado ao Gabinete do Prefeito e é um órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento do PLATUM (Plano de Turismo Municipal), responsável pela conjunção de esforços entre o Poder Público e a sociedade civil.

Quanto ao assunto em tela, o eminente Professor Hely Lopes Meirelles assevera:

“Quanto às atividades executivas do Município, o Vereador está impedido de realizá-las ou de participar de sua realização, porque como membro do Legislativo local, não pode interferir diretamente em assuntos administrativos da alçada do Prefeito.

Prática absolutamente inconstitucional é a designação de Vereadores para integrar bancas de concursos, comissões de julgamento de concorrência, grupos de trabalho da Prefeitura e outras atividades tipicamente executivas. A independência dos dois órgãos do governo local veda que os membros da Câmara fiquem subordinados ao Prefeito, como impede a hierarquização do Executivo ao Legislativo. Ora, a só nomeação de um vereador pelo Prefeito está a evidenciar a sujeição deste membro do Legislativo ao Chefe do Executivo local. (in Direito Municipal Brasileiro, 3ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1977, p. 699)”

A propositura, assim, fere o princípio da independência e harmonia entre os Poderes esboçado na Constituição Federal e consagrado no art. 6º e parágrafo único, da Lei Orgânica do Município.

Diante do exposto, somos

PELA INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 18/05/1999.

RELATOR

17 - RELCOM
17-0145/1999

Matéria PR 14/1998. Não assinado digitalmente.

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de 24/05/99
pagina 39
coluna 1

CARMEN DE NELLO
Assistente Parlamentar

A. A. T. M.

Em 24/05/99

CARMEN DE NELLO
Assistente Parlamentar

[The following text is mirrored and appears to be bleed-through from the reverse side of the page. It is largely illegible due to the quality of the scan and the orientation of the text.]

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE, lute de neste ante papel de Informação rubricado sob
Nº 131.105.199.0

ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo

folha n.º 6 de 19 de 19 98 fls. 10

ANA PAULA KARI
Oficial Legislativo



Câmara Municipal de São Paulo

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA

São Paulo, 31 de maio de 1999

MEMO 047/99 - A T M

Ao Nobre Vereador

MOHAMAD SAID MOURAD:

O PR 14/98, de autoria da Comissão Extraordinária Permanente de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo, do Lazer e da Gastronomia, será tido como **REJEITADO** em virtude de Parecer **PELA INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE** emitido pela Comissão de Constituição e Justiça, cabendo, entretanto, **RECURSO AO PLENÁRIO**, no prazo **de 30 (trinta) dias**, conforme disposto no art. 79 do Regimento Interno.

Atenciosamente,

BRENO GANDELMAN

Assessor Técnico Legislativo Chefe – Subst.
ATM

RECEBIDO

Em 31/05/99
às 18:50 horas

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUF, juntado nesta data papel p/ informação
 documento rubricado sob
folha n.º 7-1231061990

AP
ANA PAULA KARRUZ
Assistente de Chefe Técnica
Registro 11.870



Câmara Municipal de São Paulo
Gabinete do Vereador Mohamad Said Mourad

Folha nº 7 autuada em 30/09/2015 às 10:00:00
PR-14 de 1998
fls. 12
ANAPOLAKARRUZ
Chefe de Gabinete
Registro 11.070

RECURSO 11 - REC
11-0036/1999

Inconformado com o parecer nº 348/99 da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela ilegalidade do projeto de resolução nº 14/98, de autoria da Comissão Extraordinária Permanente de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo, do Lazer e da Gastronomia, na qualidade de presidente desta Comissão venho interpor RECURSO ao Egrégio Plenário, nos termos do art. 79, do Regimento Interno, pelas razões expostas a seguir:

O COMTUR, Conselho Municipal de Turismo, que tem como objetivo determinar a política de turismo para a Municipalidade, prevê em sua formação um membro representante da Câmara Municipal. Nada mais adequado portanto, que seja indicado para integrar o COMTUR um vereador que também faça parte da Comissão Extraordinária Permanente de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo, do Lazer e da Gastronomia, conforme propõe o projeto de resolução em questão.

Esperamos o acolhimento das razões expostas, a fim de ver rejeitado o parecer da Comissão de Justiça, sendo o projeto encaminhado às demais Comissões.

Termos em que,
P. deferimento

São Paulo, 22 de junho de 1999

Mohamad Said **Mourad**
Vereador

Recebido na ATM
em 23/06/99
11.070
Material assinado digitalmente.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Deputado Municipal

Assistente Parlamentar

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s)
sob nº _____ e folha de informação sob nº _____
8 212101 al. (Adelina Cicone)

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.196



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para Informação, rubricado como folha nº 8

do processo nº 141 de 1998 de 21.2.2001 (n) 008

Adelina Ciccone
Assistente Parlamentar
Registro 100.706

Ao DT.94 - Sra. Chefe:

Arquivar o presente processo, de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura).

02/02/01

Breno Gandelman
BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Legislat. Chefe
ATM

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado cl.	08- /s.
Arquivo em	16.02.2001
O Func.º	<i>[Signature]</i>
JOSÉ ROBERTO FERREIRA Assistente Parlamentar - RP 100.702	



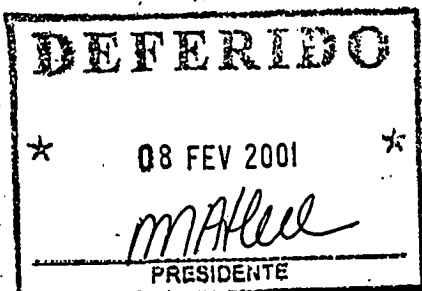
Câmara Municipal de São Paulo

Folha No 09 do proc
N.º 14 de 1998 fls. 15
O funcionário Levy

BENVENUTO DANILLO L. CARVALHO
Assessor Parlamentar
Reg. n.º 101.238

REQUERIMENTO

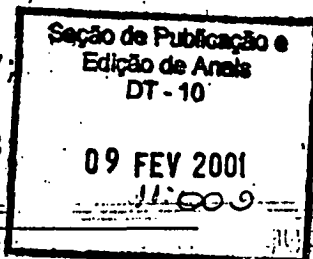
13 - RDS
13-0071/2001



Requer o desarquivamento de:
proposturas de autoria da
vereadora Aldaíza Sposati.

Requeiro à Douta Mesa, na forma regimental, com base no disposto no parágrafo 2º do artigo 275 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, o desarquivamento das seguintes proposições de autoria da Vereadora **Aldaíza Sposati**:

- PL 405/95;
- PLO 01/96;
- PL 1292/95;
- PR 08/96;
- PL 94/96;
- PL 877/96;
- PR 18/99;
- PL 619/97;
- PLO 02/2000;
- PL 476/95;
- PR 14/98;
- PL 804/98;
- PL 953/97;
- PR 03/99;
- PL 156/2000;
- PR 12/2000;
- PR 13/2000;
- PL 324/2000;
- PL 393/2000;
- PL 1016/97;
- PL 905/97;
- PL 614/98





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

fls. 16

Papel para informação, rubricado como folha nº

- 10 -

do processo nº 14 de 19 98, 06, 08, 2001 (a)

BENVINDO DANILO L. CARVALHO
Assist. Parlamentar
Reg. n.º 101 258

Ao DT. 94 - Sra. Chefe:

Solicito desarmar o projeto assinalado para volta à tramitação.

02/8/2001

BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Legisl. Chefe
A.T.M.

A ATM

Sr. Assessor Chefe,

Conforme o solicitado pelo RDS 13-0071/2001
segue o presente expediente para volta à tramitação.

DT. 94, em 06.08.2001

BENVINDO DANILO L. CARVALHO
Assist. Parlamentar
Reg. n.º 101 258



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

do processo n.º 03-14 ⁹⁸ de 20 05 / 01 / 05 (a) 11

Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF. 100.453

À SGP-33 – Sra. Supervisora:

Solicito arquivar o presente processo de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura).

05 / 01 / 2005

Ângela Bordin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL - SGP-33	
Requisitado em	<u>06.08.2001</u>
Arquivado novamente em	<u>18-01-2005</u>
Com	<u>11</u> fls.
Q: Func.º	<u>[assinatura]</u>

JOSÉ ROBERTO FERREIRA
RF 100.702
SGP-33